

As contribuições da noção de resistência cotidiana para a historiografia da luta camponesa

The contributions of the notion of everyday resistance to the historiography of peasant struggle

Douglas Menezes de Oliveira *

Resumo

O presente artigo busca apresentar uma perspectiva teórica para a interpretação da resistência cotidiana dos trabalhadores sem-terra na luta pela reforma agrária. Para tanto, explora-se a noção de resistência cotidiana, desenvolvida por James C. Scott, destacando as estratégias constituídas na relação de consenso e enfrentamento ao Estado e aos grupos dominantes. A proposta do autor norte-americano é deslocar o enfoque epistemológico centrado apenas nas grandes rebeliões e protestos ocorridos no processo histórico. A teoria de Scott valoriza o cotidiano ínfimo dos grupos subordinados, direcionando o olhar para os discursos e práticas ocultas da luta prosaica como expressão política na interpretação da longa duração dos conflitos de classe.

Palavras-chave: James Scott; Camponeses; Reforma Agrária.

Abstract

The present article aims to present a theoretical perspective for interpreting the everyday resistance of landless workers in the struggle for agrarian reform. To do so, we explore the notion of everyday resistance, developed by James C. Scott, highlighting the strategies constituted in the relationship of consensus and confrontation with the State and dominant groups. The proposal of the North American author is to shift the epistemological focus centered solely on the major rebellions and protests that have occurred in the historical process. Scott's theory values the minute daily actions of subordinate groups, directing attention to the hidden discourses and practices of prosaic struggle as a political expression in interpreting the long duration of class conflicts.

Keywords: James Scott; Peasants; Land reform.

* Doutor em História pela UNIOESTE. E-mail: douglasmenezes95@gmail.com

Introdução

O artigo pretende situar a problemática da resistência camponesa no âmbito da historiografia da luta de classes e as mudanças ocorridas na produção do conhecimento histórico nas últimas décadas do século XX. Trata-se de uma abordagem bibliográfica sobre as possibilidades de interpretação da resistência dos camponeses no processo de luta pela reforma agrária.

Para aprofundar a compreensão dos elementos que constituem a organização dos trabalhadores sem-terra na vida cotidiana e descentralizar o paradigma clássico que priorizou as grandes rebeliões na história, apresenta-se a noção de resistência cotidiana, desenvolvida por James C. Scott, como uma ferramenta analítica. Nesse sentido, o processo recente de organização dos trabalhadores sem-terra nos movimentos sociais no contexto brasileiro ganha destaque, evidenciando a percepção da necessidade de defender seus objetivos, interesses e direitos sociais, bem como a consciência de classe como sujeitos capazes de moldar seus próprios destinos diante das pressões e contradições da sociedade capitalista.

Ao dialogar com a teoria scottiana, é possível avançar na compreensão das disputas sociais da vida cotidiana, as quais conferem significado às experiências da luta pela terra no campo brasileiro. A análise dessas dinâmicas cotidianas amplia o escopo de estudo, permitindo compreender a resistência e as estratégias adotadas pelos trabalhadores sem-terra em seus espaços de vivência, nos quais se forjam identidades coletivas e redes de solidariedade.

A abordagem da resistência cotidiana traz à tona o protagonismo dos trabalhadores sem-terra na construção de sua própria história, destacando suas formas de resistência, negociação e adaptação às condições adversas do contexto agrário. Dessa forma, a teoria de Scott oferece uma lente analítica que vai além das manifestações mais visíveis e espetaculares de protesto, possibilitando uma análise mais profunda das táticas sutis e das práticas diárias que moldam as trajetórias de luta pela terra.

Portanto, a incorporação dessa noção na historiografia da luta pela terra no Brasil enriquece o entendimento das experiências e vivências dos trabalhadores sem-terra, bem como das estratégias e desafios enfrentados em sua jornada de transformação social e busca por justiça social e agrária. Ao olharmos para além das grandes rebeliões, somos capazes de enxergar a vitalidade da luta cotidiana e o papel fundamental que ela desempenha na longa trajetória de resistência e reivindicação por direitos e igualdade no campo brasileiro.

Por uma História da Resistência Cotidiana

Ao revisar as teorias clássicas sobre o campesinato, Scott constatou que, na tradição historiográfica, os camponeses passaram a ocupar a centralidade nas fontes materiais, nos escritos históricos e nos arquivos quando as revoluções, as rebeliões e as guerras de libertação nacional passaram a representar uma ameaça constante ao Estado e a ordem internacional. Para ele, os teóricos privilegiaram as greves e as grandes rebeliões ocorridas na história como eixo de explicação dos conflitos de classe.

Em grande medida, pode-se dizer que a historiografia da luta de classes tem sido sistematicamente distorcida em favor de uma posição centrada no Estado. Os eventos que chamam a atenção são aqueles que o Estado e as classes dominantes concordam em destacar em seus arquivos. Assim, por exemplo, uma pequena e fútil rebelião destaca-se tanto mais, quanto maior for o seu impacto sobre as relações de classe, enquanto os atos não anunciados de fuga, roubos, que podem ter um impacto muito maior são raramente noticiados. As pequenas rebeliões podem ter uma importância simbólica por sua violência e pelos seus objetivos revolucionários, mas, para a maioria das classes historicamente subordinadas, tais episódios raros foram mais momentâneos do que as silenciosas guerrilhas que têm lugar no cotidiano de várias populações¹.

A atenção acadêmica voltada para as insurreições camponesas, especialmente nos Estados Unidos, ocorreu a partir do desfecho da Guerra do Vietnã (1955-1975). Na maior parte do tempo, quando os camponeses apareciam nos registros históricos, não eram concebidos como sujeitos políticos capazes de promover as transformações sociais, mas como anônimos referentes às diversas modalidades de dados estatísticos, como de densidade demográfica, migração, propriedade de terras, relações de trabalho e produção agrícola.

Em contrapartida, Scott construiu uma abordagem teórica-metodológica da “luta prosaica” dos camponeses, que escapa e questiona constantemente a dominação na vida cotidiana. Para ele, houve um foco demasiado nas insurreições, deixando de lado alguns elementos vitais do terreno mais durável da luta de classe. Vale destacar que as insurgências e as práticas rebeldes são relevantes para compreender as diferentes formas de resistência dos

¹ SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002, p. 10.

camponeses no processo histórico. Todavia, é necessário realizar um esforço metodológico para descentralizar a posição epistemológica que privilegia a perspectiva centrada nas mediações do Estado, pois, segundo o autor:

Uma história dos camponeses que focalizasse apenas as insurreições seria mais como uma história de trabalhadores fabris dedicados inteiramente a greves gerais e a protestos. Embora possam ser importantes e sintomáticos, esses eventos nos dizem pouco sobre a arena mais durável dos conflitos de classes e da resistência: a luta mais vital/cotidiana levada na fábrica pela jornada de trabalho, pelo direito ao lazer, pelo salário, pela autonomia, por direitos e por respeito².

O autor mostrou algumas limitações da produção acadêmica baseada em documentos escritos e oficiais para desvelar os conteúdos das “formas anônimas” que constituem o mundo social do campesinato. Tanto as produções historiográficas quanto literárias, de certa forma, contribuíram para a construção de uma imagem estereotipada dos camponeses, reproduzindo uma visão idealizada de comportamentos alternantes entre a passividade e os impulsos de insubordinação. Como explica Scott:

As próprias explosões são muitas vezes um sinal de que as formas normais e em grande medida encobertas de luta de classes estão malogrando ou atingiram um momento de crise. Tais declarações de guerra aberta, com seus riscos mortais, normalmente só ocorrem depois de uma luta prolongada em um terreno diferente³.

O estudo da luta pela reforma agrária, por exemplo, despertou o interesse de grande parte dos pesquisadores das ciências humanas, com destaque para a análise dos confrontos vividos pelos trabalhadores contra os grandes proprietários rurais e o Estado. Além disso, quando é analisado o contexto de acampamentos sendo a principal forma de organização política dos trabalhadores sem-terra, o foco centra-se nas ocupações de terras, ou seja, no confronto direto contra os latifundiários.

Na historiografia brasileira, os camponeses são mais conhecidos pelas grandes rebeliões ocorridas contra o latifúndio do que por sua formação

² SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002, p. 11.

³ SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5, p. 217-243, jan./jul. 2011, p. 228.

histórica ou interpretação da vida cotidiana⁴. É fato que as confrontações abertas apresentam, publicamente, as condições desiguais vividas pelos trabalhadores no campo e suas discordâncias com a reprodução destas novas condições desiguais e modos de vida relegados.

De um lado, o ato público de ocupar uma propriedade improdutiva representa a denúncia de que determinada área não cumpre função social, ou seja, deve ser desapropriada e destinada ao processo de reforma agrária para atender realmente às necessidades de quem precisa trabalhar e produzir. Por outro lado, a ação realizada pelos sem-terra para a garantia deste direito negado pelo Estado é qualificada como uma violação do princípio do direito de propriedade privada, ainda que determinada propriedade esteja improdutiva ou pouco aproveitada.

A ação dos sem-terra enquanto prática de resistência é uma forma de questionar as estruturas arcaicas de poder no Brasil. Durante a vigência do regime civil-militar, instaurado como resultado dos impasses políticos da questão agrária no país, o Estado criou um aparato jurídico sustentado no Estatuto da Terra (1964) para “administrar” o problema agrário, com o objetivo de isolar os conflitos territoriais que poderiam trazer possíveis riscos políticos aos planos de desenvolvimento implementados para o latifúndio⁵.

As ocupações de terras e a organização de acampamentos são as principais coletivas difundidas pelos movimentos sociais do campo como uma forma de contestar, pressionar e negociar com o Estado as suas demandas sociais. A resistência organizada nos movimentos sociais impulsionou significativamente a criação dos assentamentos rurais no Brasil.

No entanto, ressalta-se que o enfoque na vida cotidiana dos acampamentos sem-terra não recebeu o mesmo tratamento teórico se comparados aos assentamentos rurais⁶. Geralmente, isso ocorre porque suas organizações são “provisórias”, sendo uma etapa que antecede a criação dos projetos de assentamentos rurais, marcados pelas transitoriedades das famílias e os impasses políticos nas negociações com o governo⁷.

⁴ MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. (Orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. Vol. I: Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo, UNESP; Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

⁵ MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Editora Vozes, 1981.

⁶ TURATTI, Maria Cecília. M. Uma etapa pretérita: a passagem pelos acampamentos. *Travessia*, São Paulo, n. 39, p. 21-24, 2001.

⁷ SAUER, Sérgio. *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

A luta pela terra é uma das formas de resistências tecidas pelas famílias sem-terra diante da dinâmica contraditória do capital, abarcando o campo e a cidade em nome do “progresso” e da produção agrícola racionalizada (mecanizada), provocando o surgimento de uma multidão de deserdados e sem destino, mantidos às margens da sociedade, afundados em diversas formas de sobrevivência precárias⁸.

Os trabalhadores não compartilharam apenas a subjacência dos barracos organizados às margens das rodovias, mas a inserção desigual nas relações de classes. Estes espaços sociais geram aprendizagens e contribuem para a construção de novos saberes, práticas e valores comunitários. A solidariedade entre os integrantes se baseia nas trocas de experiências, trajetórias e expectativas de futuro que unifica a similaridade de suas condições sociais no fazer-se da resistência diária.

Este princípio costura as diferenças entre os integrantes de um movimento, mas isso não quer dizer que os movimentos sociais são formados por uma unidade harmônica e homogênea, pelo contrário, é recorrente os conflitos e tensões existentes entre os seus próprios integrantes. Nos espaços públicos das reivindicações, os discursos e as práticas tendem a ser convergentes, criando um imaginário de unicidade e uma visão de totalidade⁹.

Os espaços de sociabilidade nos acampamentos são importantes para compreender o fazer-se dos trabalhadores na luta pela terra. As ocupações e os acampamentos representam inovações de práticas de subversão da ordem e da legalidade, cujo objetivo é legitimar o seu direito à terra. As dissidências dos movimentos sociais frente às relações de poder ampliam o horizonte de reflexão sobre as rupturas nas formas de pensar e agir dos trabalhadores sobre as ações.

A resistência nos espaços de acampamentos pode ser interpretada como uma expressão prática dos grupos subordinados no cotidiano pouco visível, baseada numa luta discreta e, muitas vezes, anônima, se comparada às participações na “política formal”. Nesse sentido, Scott realizou uma distinção fundamental para demarcar o âmbito de organização formal e informal, ao considerar que:

⁸ MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

⁹ GOHN, Maria da Glória. 500 Anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. *Revista Mediações*, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-64, 2000, p.14.

Se a organização política formal é o domínio das elites (advogados, políticos, revolucionários e chefes políticos, por exemplo), dos registros escritos (resoluções, declarações, notícias de jornal, petições, processos judiciais, etc.) e da atividade pública, a infrapolítica é, por contraste, o domínio da liderança informal e da inexistência de elites, da conversa, da linguagem oral e da resistência sub-reptícia¹⁰.

Esta separação é fundamental para situar a posição dos trabalhadores na luta cotidiana e na longa duração dos conflitos de classes. A luta nos contextos informais da vida política testa e questiona as “fronteiras do permissível”. E a resistência constitui-se no fazer-se da luta cotidiana, pois, além de ser um instrumento de intervenção política na realidade, é também uma forma de subverter a dominação histórica.

Os camponeses têm formulado, historicamente, com base em suas experiências de sofrimento, como a exploração e a expropriação, um discurso contundente que desponta uma crítica ao poder exercido pelos grupos dominantes. Esta prática de resistência é constituída no âmbito das relações de subordinação, entretanto, deve-se ressaltar que, nessas relações, não há uma dominação efetiva em sua totalidade, sendo movida por rupturas que resultam na subversão do poder exercido pelas elites dominantes.

Scott examinou cuidadosamente quando ocorre a “violação da fronteira” entre o discurso público dos grupos dominantes e o discurso contrário dos grupos dominados, caracterizado pela simulação de submissão encenada. Para o autor, os impactos políticos resultantes da declaração pública do “discurso oculto” podem triunfar ou fracassar, provocando também efeitos extraordinários nas transformações sociais.

Esta perspectiva direciona nosso olhar para as reivindicações da luta pela terra, que representa um campo valoroso de manifestação dos conflitos e das contradições sociais. As ações coletivas ganham destaque nos noticiários e nas manchetes principais do país com a intensificação das ocupações e da formação de acampamentos com a presença de famílias sem-terra reivindicando a reforma agrária. Trata-se, portanto, de um processo de afirmação de direitos sociais negados institucionalmente, sendo caracterizado pelos veículos de comunicação como um “ato de rebeldia”. Quando deixamos de interpretar as escolhas realizadas pelos trabalhadores no âmbito da vivência

¹⁰ SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 2013, p. 247.

cotidiana, qualquer ato de manifestação pública, por melhores condições de vida, é execrado como um “ato de rebeldia”.

Um ato bem-sucedido de manifestação pública e insubordinação por parte dos trabalhadores e camponeses já é suficiente para atravessar as “fronteiras do permissível” das relações de poder. Os protestos e as manifestações geram consequências para aqueles que ousam desafiar a autoridade e poder estabelecido na sociedade, pois “Ao negar aos rebeldes o estatuto que eles ambicionam alcançar no discurso público, as autoridades procuram arrumar os seus actos numa categoria que minimize o desafio político que representa para o estado”¹¹.

Os rótulos atribuídos à ação dos movimentos de luta pela terra são constituídos quando os caminhos da insubordinação são potencialmente abertos diante dos grupos dominantes e do Estado. A recusa declarada pelos sem-terra com diferentes práticas de contestação da estrutura dominante no meio rural representa ameaças que comprometem a reprodução das “aparências hegemônicas”.

Ao romper com a mentalidade de subordinação, os sem-terra criam alternativas possíveis para reivindicar seus direitos fundamentais. A partir da tentativa de desqualificar o desafio público, são produzidos os principais rótulos atribuídos aos movimentos sociais, alicerçados no formato de conteúdos jornalísticos produzidos e disseminados sobre as disputas territoriais em nosso país. A retórica dos grupos dominantes e da cobertura midiática têm atuado na classificação destas pessoas como “inimigos” da nação.

Nesta direção, Scott levanta uma questão importante sobre as características propagadas pelos veículos de comunicação, em que comumente os revolucionários são concebidos como “bandidos”, inclusive quando os camponeses transformam em heróis aqueles que praticavam a justiça popular e os dissidentes como indivíduos mentalmente perturbados, opositores ou traidores da nação, se estes adjetivos produzidos prevalecem ou não para um público mais amplo na sociedade.

Esta indagação se mostra pertinente para refletir o esforço empregado pela elite dominante em propagar a legitimidade da violência no campo, com anuência do Estado para defender a propriedade privada, contando com o apoio de grande parcela da sociedade. E as reportagens atuam direta e indiretamente para disseminar e privilegiar setores dominantes do agronegócio na sociedade.

¹¹ SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 2013, p. 281.

Em um contexto polarizado de luta de classes, compreendemos que determinados adjetivos pejorativos propagadas sobre os sem-terra tendem a prevalecer diante da opinião pública, ainda que seja possível constatar um avanço significativo, nas últimas décadas, de investidas de diversos canais e mídias alternativas produzidas pelos próprios sem-terra.

À medida que a luta pela reforma agrária ganha novos espaços, a resposta é o aumento da repressão estatal e a violência praticada pelos jagunços e pistoleiros, acirrando ainda mais o campo desigual de correlação de forças políticas. Mesmo diante de um campo de disputas políticas desfavorável para atuação dos movimentos organizados, a ocupação tem sido o principal método ofensivo contra os latifúndios improdutivos ou grilados.

As ações cotidianas atestam as formas de resistências construídas em diferentes experiências vividas, podendo relevar, assim, as principais alternativas construídas para a construção de pautas políticas e dos discursos de contestação. As decisões da luta pela terra demonstram a capacidade histórica dos trabalhadores de se organizarem coletivamente para reivindicarem os seus direitos, conflitando com os interesses dos grupos dominantes, o que conferiu aos camponeses um senso de justiça social que legitima historicamente suas práticas em defesa do direito e permanência na terra.

Estas e outras formas de insatisfação contribuem para construir um horizonte de possibilidades para a compreensão das formas cotidianas, fragmentadas e difusas da resistência dos trabalhadores sem-terra.

Cultura Dissidente e a Arte do Disfarce Político

A interpretação das formas cotidianas de resistência presente na teoria scottiana estreita uma crítica à tese marxista do conceito de hegemonia, elaborada a partir dos escritos do italiano Antonio Gramsci. Scott aponta que a resistência implica a contestação do poder exercido pelos grupos dominantes a partir de formas ocultas (e, também, declaradas) dos grupos subordinados.

Em contrapartida, a tese da hegemonia compreende que os grupos subalternos absorvem uma “ideologia dominante” que deforma a realidade social apreendida, acarretando a criação de uma teia distorcida de valores e crenças partilhadas entre os dominados. A dominação social de um bloco sobre o outro não ocorre pela força, mas pela propagação de uma autoridade social, pois os grupos controlam os meios de produção da vida material e os setores ideológicos de formação da consciência social.

A discussão em torno do modo de produção da vida material e, conseqüentemente, da produção da consciência social originou-se da teoria clássica de Karl Marx e Friedrich Engels, presente na obra intitulada *A ideologia alemã*, redigida originalmente nos anos de 1845 e 1846, em que os autores realizam uma crítica à filosofia neohegeliana alemã, particularmente ao idealismo e aos princípios do materialismo de Ludwig Feuerbach. Sobre as representações de si e do mundo atreladas às ideias dominantes em diferentes épocas histórica, Marx e Engels afirmaram que:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época¹².

A crítica scottiana pauta-se justamente na leitura contemporânea dessa forma de interpretação histórica da dominação cultural, pautada na suposição do alinhamento ideológico dos grupos hegemônicos que configura uma “falsa consciência” entre os grupos dominados. Assim, Scott expõe as principais lacunas das ramificações da tese hegemônica:

O problema da tese hegemônica, pelo menos nas suas versões mais fortes, tal como foram propostas por alguns dos sucessores de Gramsci, é que é difícil explicar como é que a mudança

¹² MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p.47.

alguma vez poderia ter origem a partir de baixo. Se as elites controlam a base material da produção, obtendo por essa via uma obediência prática, e se controlam também os meios de produção simbólica, que lhes asseguram a legitimação do seu poder e do seu controle, então, ter-se-ia atingindo um equilíbrio capaz de se autopropetuar e que só um choque a partir do exterior poderia perturbar¹³.

A questão colocada estabelece parâmetros de consentimento, sustentado no exercício assimétrico da autoridade e no controle desigual das relações objetivas e subjetivas edificadas nas relações de poder, até que haja uma intervenção da vontade política como forma de partido. A centralidade do partido na organização política da classe trabalhadora tem um papel fundamental para desatar o “bloqueio social” da prática revolucionária, pois somente assim os dominados conseguiriam fazer uma ressignificação de suas experiências e visões de mundo.

Alguns teóricos designaram uma tendência histórica de revolução a partir da classe trabalhadora, conferindo ao proletariado um papel revolucionário capaz de promover as principais alterações no quadro das relações de poder. Na realidade histórica do Brasil, o proletariado urbano-industrial foi concebido como o principal agente histórico capaz de romper com as estruturas de dominação de classes nas relações de produção da vida material na sociedade capitalista, desconsiderando a ação política do campesinato. Além disso, a história do campesinato brasileiro é relacionada à tutela dos partidos políticos e ao paternalismo no campo¹⁴.

Esta perspectiva histórica suprimiu a interpretação dos conflitos e das contradições das relações capitalistas com base nas experiências vividas pelos camponeses enquanto uma classe, bem como as suas formas de pensamentos, ideias e valores construídos ao longo do processo histórico. No caso específico das principais formulações da tese da hegemonia, o autor compreendeu que estas não deram margem à identificação dos conflitos e protestos que realmente se verificam nas relações sociais. Assim, Scott considera que:

Os que estão tentados a descartar como “falsa consciência” todos os princípios de ação humana que competem com a identidade de classe, e a esperar pela “determinação em última instância”, de Althusser, provavelmente esperarão em vão. Nesse ínterim, a

¹³ SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 2013, p. 122.

¹⁴ MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Editora Vozes, 1981.

desordenada realidade de múltiplas identidades continuará a ser a experiência a partir da qual se orientam as relações sociais¹⁵.

As formas cotidianas de resistência dos grupos subordinados, relativamente sem poder, consideradas pelo autor como as “armas dos fracos”, são: a dissimulação, o corpo mole, as falsas concordâncias, os furtos, a ignorância fingida, a difamação, as fofocas, os incêndios premeditados, entre outras.

Scott, em sua obra *A dominação e a arte da resistência*, sustenta a concepção de que os grupos subordinados, especialmente os camponeses, desenvolveram espaços para a disseminação de uma “cultura dissidente” caracterizada na “arte do disfarce político”, frente às faces do poder. As práticas ocultas de resistência são evidenciadas em situações em que determinados grupos contestam as condições desiguais vividas, propostas de cima para baixo. Trata-se de ações “silenciosas” porque, em determinadas situações da luta política, não é favorável declarar publicamente ou desafiar a autoridade social do grupo dominante em questão. Para isso, o autor defende a tese de que:

Quanto maior for a disparidade de poder entre o dominador e o subordinado e quanto mais a arbitrariedade esse poder for exercido, mais o discurso público dos subordinados assumirá uma forma estereotipada ou ritualística. Por outras palavras, quanto mais ameaçador é o poder, mais espessa é a máscara¹⁶.

A análise dos movimentos de resistência requer um exercício de interpretação de uma “linguagem fora de cena”, tecida às margens das relações de poder, ou seja, na “vivência oculta”, em que emergem as principais críticas das contradições vividas e percebidas nas relações desiguais.

É nos bastidores do “teatro político”, marcado pelo “jogo de aparências”, onde são revelados os verdadeiros significados por trás dos grandes feitos realizados por autoridades e governantes que costumam “roubar para si o protagonismo e a cena da história”. A condição contrária à sua própria vontade ocorre também para obter outros ganhos possíveis, porque os dominantes nunca dominam completamente a “cena”. Para determinados grupos subordinados, as estratégias políticas têm sido a constituição de uma “luta silenciosa”, distante da presença de seus dominantes e do Estado, que detém o monopólio da violência.

¹⁵ SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5, p. 217-243, jan./jul. 2011, p. 235.

¹⁶ SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência*: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013, p. 29.

Aqui está uma questão fundamental para pensar na resistência como uma “aceitação” para abrir novos horizontes possíveis de interpretação das relações de poder. A “aparência de aceitação” pode significar uma estratégia política, visto que a resistência cotidiana está relacionada, dialeticamente, entre o consentimento e o enfrentamento à ordem social dominante.

Scott buscou compreender as relações de poder vivido por camponeses numa região de destaque na produção de arroz na Malásia, num período em que estava em curso a mecanização agrícola na década de 1970, com a introdução de maquinários e colheitadeiras automatizados, que substituíam a força de trabalho, provocando a diminuição da renda e a acentuação das desigualdades sociais.

O fato evidenciado é que não houve confrontações abertas ou desafios por movimentos organizados. A ausência de uma organização política de classe para resistir às formas de exclusão social promovida pelas “inovações do capital” não significa, necessariamente, que os camponeses aceitavam passivamente determinadas condições impostas. As ações realizadas eram anônimas devido à possibilidade de punição que estariam sujeitos.

As alternativas encontradas para manifestar os principais gestos de inconformidade foram a de realizar incêndios para boicotar a utilização dos maquinários pelos proprietários de terras. A suposta condição de “passividade” que gravitava a dominação social naquela aldeia asiática, com ausências de confrontações públicas, coexiste com as constantes pressões exercidas pelas práticas cotidianas que questionam as hierarquias sociais estabelecidas.

Isso não quer dizer que “aceitar a submissão” reduz ou anula os conflitos e a subversão da ordem social dominante. Quando os trabalhadores se organizam em movimentos sociais para reivindicar o direito à terra, por meio da luta pela reforma agrária, compartilham, além de suas “experiências de sofrimento”, interesses convergentes para romperem com os laços da dominação que os tornam subordinados e rompem com os silêncios, culminando, assim, em manifestações públicas de enfrentamentos aos grupos dominantes.

A síntese das práticas de resistências analisadas pode ser compreendida melhor nas experiências individuais e coletivas, ocultas e declaradas, dispersas e organizadas no âmbito dos movimentos sociais de luta pela terra. Os sentimentos de submissão, exploração, angústia, sofrimento, humilhação, felicidade e sonhos fazem parte de experiências vividas e evocadas no para dar legitimidade às suas conquistas e ao seu modo de vida defendido. Portanto,

as experiências se mostram como um campo de possibilidades para interpretação da luta cotidiana.

O argumento defendido é que as resistências não ocorreram apenas em movimentos sociais ou partidos políticos, responsáveis historicamente pela formação da consciência de classe e de uma visão revolucionária frente à classe dominante, mas principalmente fora destas organizações, pautadas em críticas de suas próprias condições, convicções e valores sobrepostos aos seus.

As resistências são formuladas no “cotidiano ínfimo”, pois as críticas individuais, geradas no âmbito familiar, na vizinhança ou no ambiente de trabalho são compartilhadas entre os sujeitos, assumindo uma dimensão coletiva de inconformidade, podendo, assim, resultar em consentimentos ou enfrentamentos diretos às classes dominantes e ao Estado.

Por isso, é importante considerar os “discursos ocultos”, que ocorrem muito antes das ações de ocupações ou fechamentos de estradas, como aspectos importantes para o estudo da resistência cotidiana, pois, de forma coletiva, os trabalhadores sem-terra realizam o diagnóstico das condições vividas e elaboram um prognóstico e uma definição de táticas para a demanda da terra e a solidificação da luta nos espaços de acampamentos.

Em suma, além dos discursos ocultos, os pesquisadores podem recolher e analisar alguns materiais, como atas, cartilhas, cadernos do trabalho de base e, sobretudo, as pautas geradas pelos trabalhadores sobre as formas de organização do trabalho e da produção nos assentamentos rurais. Estes documentos podem auxiliar os estudiosos na interpretação dos interesses e projetos defendidos pelos trabalhadores sem-terra na vivência cotidiana dos espaços de luta pela reforma agrária.

Considerações Finais

A partir da reflexão apresentada sobre a noção de resistência cotidiana, é possível pensar nas práticas cotidianas dos grupos subordinados e nas suas concepções e críticas aos grupos dominantes que possuem interesses de classe divergentes dos seus. As resistências cotidianas mostram como os sujeitos se veem nas relações de poder que os cercam em determinadas circunstâncias históricas e como estes pensam e atuam em determinadas condições vividas.

Interpretar as resistências sem atingir a dimensão do vivido pode acarretar uma redução no campo de possibilidades de ações dos sujeitos que transformam a realidade e os possíveis rumos da história. As experiências sociais

forneem os indícios necessários para interpretar a relação dialética entre as determinações objetivas e subjetivas dos conflitos vivenciados ao longo de suas vidas. E é na experiência cotidiana, construída a partir do vivido, que os sujeitos formulam respostas racionais e emocionais das contradições sociais e de seus valores, orientando as suas ações em determinadas situações e condições da vida cotidiana¹⁷.

A cada nova organização na luta pela terra, emergem novos conteúdos que transcendem as reivindicações públicas, sendo necessário o aprofundamento das “práticas ocultas”. Os acampamentos de luta pela terra resultam das experiências de trabalhadores e camponeses expropriados do campo que almejam a possibilidade do retorno à terra ou o acesso pela primeira vez.

Portanto, quando os trabalhadores decidem fazer um acampamento e realizar a ocupação de uma fazenda, estes sujeitos configuram novos espaços de sociabilidades e resistência coletiva. No entanto, a resistência, nesse caso, precede muitos antes da decisão, resultando de um processo de interação entre pensamentos e ações no viver cotidiano, o que os tornam agentes ativos de seu próprio destino, trilhando caminhos e fazendo escolhas complexas no fazer-se da história e no agir de todo dia.

Referências bibliográficas:

GOHN, Maria da Glória. 500 Anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. Revista Mediações. Londrina, v. 5, n.1, p. 11-64, 2000, p.14.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Editora Vozes, 1981.

_____. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. (Orgs.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Vol. I: Concepções

¹⁷ THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo, UNESP; Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

SAUER, Sérgio. Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. Raízes, Campina Grande, v. 21, n. 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

_____. Exploração normal, resistência normal. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, n. 5, p. 217-243, jan./jul. 2011.

_____. A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013.

THOMPSON, Edward P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TURATTI, Maria Cecília. M. Uma etapa pretérita: a passagem pelos acampamentos. Travessia, São Paulo, n. 39, p. 21-24, 2001.

Artigo recebido para publicação em 07/08/2023

Artigo aprovado para publicação em 17/08/2023